



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
www.cachoeiro.es.gov.br

ANO L - Cachoeiro de Itapemirim - terça-feira - 26 de abril de 2016 - Nº 5082

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 233/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO FIRMADO NO MUNICÍPIO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275/2008 e 23.650/2013,

RESOLVE:

Designar a servidora municipal **MARCIA REGINA ALVES**, lotada na SEMDURB, para acompanhamento e fiscalização da execução do serviço constante no Contrato descrito abaixo.

CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	PROT. Nº
LOCAÇÃO Nº 070/2016 15/04/2016	MANOEL CARLOS AMBOSS	Locação do Imóvel predial urbano localizado na Praça Jerônimo Monteiro, nº 101, no primeiro pavimento do Edifício Max, Centro, Nesta Cidade, matriculado no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim sob nº 3568, livro 2, folha 168, sendo o imóvel locado utilizado para funcionamento da Fiscalização de Obras do Município	1 - 34.414/2015

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de abril de 2016.

SORAYA HATUM DE ALMEIDA
Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 236/2016 Republicação

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 1060/2012, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 23.462, de 1º de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar a composição do Fórum Municipal Permanente de Educação, que passa a ser constituído da seguinte forma:

I. Secretaria Municipal de Educação:
a) Cristiane Resende Fagundes Paris

II. Conselho Municipal de Educação – CME:
a) Vânia Mardgan – Titular
b) Adriano Salvador – Suplente

III. Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE:
a) Débora da Silva Pimentel – Titular
b) Adriana de Azevedo Rodrigues – Suplente

IV. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:
a) Liliansa Costa Vigneron Mendes – Titular
b) Elizabeth Miranda Tréggia – Suplente

V. Centro de Referência da Juventude de Cachoeiro de Itapemirim:
a) Monique da Silva – Titular
b) Nílío Neves Pinho – Suplente

VI. Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
a) Wilson Dillen dos Santos – Titular

b) Delandi Pereira Macedo – Suplente

VII. Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim – FAMMOPOCI:
a) Luiz Rogério Ramos Casaes – Titular
b) Marta Gomes de Souza – Suplente

VIII. Comissão de Estudos Afro-Brasileiros:
a) Sirlene de Jesus Gomes – Titular
b) Aurilene Pinheiro dos Santos – Suplente

IX. Superintendência Regional de Educação de Cachoeiro de Itapemirim:
a) Maria Julia de Medeiros Mangaravite – Titular
b) Delson Salvador Lima – Suplente

X. Universidade Aberta do Brasil – Polo UAB Cachoeiro de Itapemirim:
a) Joelma Cellin – Titular

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**

Prefeito Municipal

ABEL SANT ANNA JUNIOR

Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos
 Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3º Andar - Centro
 Cachoeiro de Itapemirim – ES
 E-mail: diario.oficial@cachoeiro.es.gov.br

PUBLICAÇÕES E CONTATOS (28) 3521-2001
 DIÁRIO OFICIAL (28) 3522-4708

b) Maria José Carvalho – Suplente

XI. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CONSEMCA:

- a) Edith Sousa da Rosa Caldara – Titular
 b) Marcela Santos Baptista – Suplente

XII. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

- a) Margareth Bertuloso de Paula – Titular
 b) Brunella Athayde Soares – Suplente

XIII. Representante de Pais de Alunos:

- a) Antônio Divino Pinheiro- Titular
 b) Selma Reis – Suplente

XIV. Instituto Federal do Espírito Santo – IFES:

- a) Edson Maciel Peixoto – Titular
 b) Cristiano da Silveira Colombo – Suplente

XV. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo – SINDIUPES:

- a) Marluce Ferreira Cezário – Titular
 b) Maria Nilda Giacomelle Thompson – Suplente

XVI. Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo – SINEPE:

- a) Pe. Américo Pinho de Cristo – Titular
 b) Luizette Bittencourt – Suplente

XVII. Academia Cachoeirense de Letras – ACL:

- a) David Alberto Lóss – Titular
 b) Ermínia Maria Soares Lessa - Suplente

Art. 2º A Comissão Especial a que se refere o Parágrafo único do art. 6º da Portaria nº 1060, de 19 de dezembro de 2012, será composta pelos servidores, ora designados, sob a coordenação do primeiro, sendo:

1. Antonio Carlos Martins
2. Cláudia Aparecida Vieira Pinheiro
3. Flávio Coelho de Matos

4. Giliane Almeida Barbosa Coelho
5. Luciane Stefanato Negrini
6. Maria Antônia dos Santos Passamai
7. Patrícia Gama Temporim Cansi
8. Roselane de Araújo Lima Barreira
9. Simone Machado de Athayde
10. Stela Matutina de Rezende Neves
11. Suellen Lopes Izo

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 215/2015, de 17 de março de 2015.

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de abril de 2016.

CRISTIANE RESENDE FAGUNDES PARIS
 Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 239/2016

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO HORIZONTAL DE SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275/2008 e 23.650/2013, tendo em vista o que consta no Sequencial nº **2 - 5399/2016**,

RESOLVE:

Aprovar a Promoção Horizontal da servidora municipal **SONIA DA SILVA BARONE**, Professor PEB B V, lotada na SEME, avaliada nos termos do Artigo 25, da Lei nº 6.095, de 07 de abril de 2008 e Decreto nº 24.216, de 06 de dezembro de 2013.

BIÊNIO	LETRA ATUAL	PROMOVIDO À LETRA	A PARTIR DE
2013/2015	F	G	15/08/2015

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de abril de 2016.

SORAYA HATUM DE ALMEIDA
 Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 245/2016

DESIGNA GRUPO CONDUTOR DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PARA EPIDEMIAS DE DENGUE NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, delegadas através do Decreto nº 15.656, de 12 de abril de 2005,

CONSIDERANDO a necessidade em formalizar, através de Portaria, o Grupo Condutor do Plano de Contingência para Epidemias de Dengue;
 CONSIDERANDO as atribuições inerentes aos cargos dos membros do Grupo Condutor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Grupo Condutor do Plano de Contingência para Epidemias de Dengue do município de Cachoeiro de Itapemirim, para o período de Janeiro a Dezembro de 2016, os ocupantes dos cargos descritos abaixo:

Nome	Cargo	Função
VICTOR GOMES BARBIERI	Secretário Municipal de Saúde	Coordenador
JANAINA DE MORAES PAIXÃO	Subsecretário de Atenção Primária	Membro
ERLINDO DIAS MARTINS	Subsecretário de Assistência em Saúde	Membro
LUCIANA MANZOLI	Subsecretária do Fundo Municipal de Saúde	Membro
FÁBIO SERAFIM MOTA	Subsecretário de Vigilância em Saúde	Membro

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 850, de 10 de novembro de 2015 e a Portaria nº 002, de 04 de janeiro de 2016.

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de abril de 2016.

VICTOR GOMES BARBIERI
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS

EXTRATO DE DESPESA POR ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FORNECEDOR: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 065/2015, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anchieta - ES, firmada em 09/10/2015, para aquisição de 23.000 (vinte e três mil) Fraldas Geriátricas Tamanho P, 80.000 (oitenta mil) Fraldas Geriátricas Tamanho M, 120.000 (cento e vinte mil) Fraldas Geriátricas Tamanho G e 85.000 (oitenta e cinco mil) Fraldas Geriátricas Tamanho XG, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

VALOR: R\$ 342.464,65 (trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

PROCESSO: Prot. Nº 51-8.000/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Nº 075/2016.

CONTRATADO: F.C.A. MELO EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS LTDA - ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS – SEMASI, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMO.

OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado, Divisórias e Persiana (devidamente instalado), Eletrodomésticos, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos em Geral e Industrial conforme especificações do Anexo I, *Item nº 001*, do Edital de Pregão nº 058/2015.

VALOR: R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recursos provenientes do Orçamento Municipal, a saber:

Reduzido: 19010096

Órgão/Unidade: 19.01, Projeto Atividade: 15.122.1842.2.225, Despesa: 4.4.90.52.18.00.

Fonte de Recurso: 100000000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

PRAZO: Até 31 de Dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2016.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Soraya Hatum de Almeida - Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos, Gilvandro Gava - Secretário Municipal de Obras e Nara Lúcia Lopes Melo - Sócia da Contratada.

PROCESSO: Protocolo Nº 1- 39.691/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3154

Contribuinte : ROSANIA RAMOS GUALANDI
Endereço : RUA JOSÉ HUMBERTO GRILLO ,
Nº 01 – VILA RICA
Cidade : CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
CNPJ: : 22.960.492/0001-08

VALOR DO AUTO DE IMPOSIÇÃO: R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

Na forma da legislação fiscal vigente, fica a empresa acima qualificada intimada a recolher aos cofres municipais o crédito discriminado ou a impugnar sua exigência no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do 5º dia da publicação deste. Não havendo impugnação ou efetivação do pagamento, o crédito fiscal expresso em real, será inscrito em dívida ativa.

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de abril de 2016.

RICARDO RODY VIANNA
Gerente De Vigilância Sanitária

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Edital: 15/2016

Processo de 87/2016

Protocolo: 3688/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS.

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/02 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do Pregoeiro desta Administração Municipal, HOMOLOGO os Itens, autorizando o empenho em favor da empresa(s) vencedora(s):

Seq	Material	Marca	Qtde	VI.Unitario	Total
	AGROSHOW AGROPECUÁRIA LTDA ME				

6	CABO CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 2 X 16 + 1 X 16 MM.	COPERFIO	4.500,00	3.2000
DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME				
5	REATOR EXTERNO GALVANIZADO A FOGO DE VAPOR DE MERCÚRIO 400W 220V COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS A CONTA DA DATA DA ENTREGA, NÃO PODENDO DE NENHUMA FORMA TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS EM PAPEL, E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC.	INTRAL	300,00	49.0000
ENGEOSTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP				
9	FOTOCÉLULA FOTOCÉLULA ELETRÔNICA 220V.	STIL	1.300,00	9.9800
10	LÂMPADA LÂMPADA TUBULAR DE 150W VAPOR DE SÓDIO BASE E40, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES OU DE 32.000H, ALTA LUMINOSIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE.	NSK	200,00	19.4700
11	LÂMPADA LÂMPADA TUBULAR DE 250W VAPOR DE SÓDIO BASE E40, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES OU DE 32.000H, ALTA LUMINOSIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE.	OSRAM	200,00	20.6000
13	LÂMPADA LÂMPADA DE 400W VAPOR DE MERCÚRIO BASE E40, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, ALTA LUMINOSIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO.	NSK	300,00	23.4700
J A GALITO ME				
1	FITA ISOLANTE FABRICADA COM FILME A BASE DE PVC NÃO PROPAGANTE A CHAMAS (AUTO EXTINGUÍVEL), COR PRETA, ADESIVO A BASE DE BORRACHA, TEMPERATURA DE UTILIZAÇÃO DE 00 A 900 C, ISOLAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS ATÉ 750V, RESISTÊNCIA AOS RAIOS ULTRAVIOLETA, TUBETE EM PAPELÃO, PARA APLICAÇÃO EM COBERTURA FINAL EM EMENDAS E TERMINAÇÕES DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS ATÉ 750V NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO A FIM DE ISOLAÇÃO ELÉTRICA. MEDIDAS: LARGURA MÍNIMA: 19MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 20M.	INTRAL	275,00	1.8100
4	BRAÇO COTA LC 147 - BRAÇO CURVO GALVANIZADO 2,50M DE COMPRIMENTO, PAREDE DE 3 MM, DIÂMETRO 48 MM, COM LUMINÁRIA COMPLETA. COMPOUNDO LUMINÁRIA FECHADA PADRÃO EDP ESCELSA DE ALTA LUMINOSIDADE, REATOR GALVANIZADO, PINTADO COR PADRÃO, CONTENDO POTÊNCIA 250W, VAPOR SÓDIO/ GALVANIZADO A FOGO, VALIDADE DE 5 ANOS DE GARANTIA, ALTO PADRÃO DE QUALIDADE NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA O MESMO TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS COM PAPEL E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC, LÂMPADA DA MESMA POTÊNCIA COM GARANTIA DE 1 ANO OU 32000 HORAS, CERTIFICAÇÃO ISO 9000 E SELO PROCEL INMETRO, RELE FOTO ELÉTRICA E BASE JÁ COM FIAÇÃO, CABO PP 1,5MM, PASSADA E SO- BRA DE RABICHO NO MÍNIMO DE 0,73CM PARA LIGAÇÃO DA MESMA.	OLIVO	285,00	212,0000
4.1	BRAÇO COTA LC 147 - BRAÇO CURVO GALVANIZADO 2,50M DE COMPRIMENTO, PAREDE DE 3 MM, DIÂMETRO 48 MM, COM LUMINÁRIA COMPLETA. COMPOUNDO LUMINÁRIA FECHADA PADRÃO EDP ESCELSA DE ALTA LUMINOSIDADE, REATOR GALVANIZADO, PINTADO COR PADRÃO, CONTENDO POTÊNCIA 250W, VAPOR SÓDIO/ GALVANIZADO A FOGO, VALIDADE DE 5 ANOS DE GARANTIA,	OLIVO	95,00	212,0000
4.1	ALTO PADRÃO DE QUALIDADE NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA O MESMO TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS COM PAPEL E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC, LÂMPADA DA MESMA POTÊNCIA COM GARANTIA DE 1 ANO OU 32000 HORAS, CERTIFICAÇÃO ISO 9000 E SELO PROCEL INMETRO, RELE FOTO ELÉTRICA E BASE JÁ COM FIAÇÃO, CABO PP 1,5MM, PASSADA E SO- BRA DE RABICHO NO MÍNIMO DE 0,73CM PARA LIGAÇÃO DA MESMA.			
8	FIO FLEXÍVEL 1,5MM FIO FLEXÍVEL 1,5MM.	ENERGY	3.000,00	0,4000

12	LÂMPADA LÂMPADA TUBULAR DE 400W VAPOR DE SÓDIO BASE E40, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES OU DE 32.000H, ALTA LUMINOSIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE.	OSRAM	200,00	24.7000
14.1	LUMINÁRIA ESTAMPADA E-40 ENCAIXE 11/4" COM RABICHO DE 0,30 CM INSTALADO.	OLIVO	250,00	33,9000
14	LUMINÁRIA ESTAMPADA E-40 ENCAIXE 11/4" COM RABICHO DE 0,30 CM INSTALADO.	OLIVO	750,00	33,9000
M J MATERIAL ELETRICO LTDA ME				
7	CONECTOR CONECTOR PERFORANTE CDP 70.	INTELLI	2.000,00	2,4800
M MORAES DE ALMEIDA ME				
15	REATOR EXTERNO GALVANIZADO A FOGO DE VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 150W 220V COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS A CONTA DA DATA DA ENTREGA, NÃO PODENDO DE NENHUMA FORMA TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS EM PAPEL, E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC.	MATRELUZ	300,00	42,5000
16	REATOR EXTERNO GALVANIZADO A FOGO DE VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 250W 220V COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS A CONTA DA DATA DA ENTREGA, NÃO PODENDO DE NENHUMA FORMA TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS EM PAPEL, E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC.	MATRELUZ	220,00	51,0000
MATEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME				
17	REATOR EXTERNO GALVANIZADO A FOGO DE VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 400W 220V COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, CONTER SELO INMETRO/PROCEL E NO MÍNIMO ISO 9000 DO FABRICANTE E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS A CONTA DA DATA DA ENTREGA, NÃO PODENDO DE NENHUMA FORMA TER ESTAS INDICAÇÕES POR ETIQUETAS EM PAPEL, E SIM POR MATERIAL FIXO RESISTENTE A DEGRADAÇÃO DO TEMPO OU SEJA ETIQUETA DE ALUMÍNIO OU PVC.	INTRAL	230,00	59,5000

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 25 Abril 2016

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

AGERSA

PORTARIA Nº 025/2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPLEMENTAÇÃO

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGERSA- Agência Municipal de Regulação de Serviço Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei n.º 7331 de 14/12/2015 LDO e pela Lei 7361 de 30/12/2015 LOA.

RESOLVE:

Art.1º Tornar público a abertura de crédito Suplementar no Orçamento em exercício da AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim, no valor de R\$ 10.300,00 (Dez Mil e Trezentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias conforme discriminado abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 71 -01 – AGERSA
AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS

PÚBLICOS DELEGADOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ELEMENTO DE DESPESA		VALOR (R\$)
3.3.90.30.39.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	10.000,00
3.3.90.39.72.00	SERVIÇOS BANCÁRIOS	300,00
FONTE DE RECURSO		
299900005807	Fonte: RECURSO VINCULADO - AGERSA	
PROGRAMA DE TRABALHO		
04.130.1842.000.2239.0000	GESTÃO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO	10.300,00

Art. 2º Os recursos para serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior são provenientes da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas, de acordo com a Lei nº 4.320/64, art.43, § 1º, inciso III:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 71 -01 - AGERSA
AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ELEMENTO DE DESPESA		VALOR (R\$)
3.3.90.39.49.00	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.000,00
3.3.90.39.55.00	SERVIÇOS GRÁFICOS EDITORIAIS	5.300,00
FONTE DE RECURSO		
299900005807 - Fonte: RECURSO VINCULADO - AGERSA		
PROGRAMA DE TRABALHO		
04.130.1842.000.2239.0000	GESTÃO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO	
TOTAL		10.300,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de abril de 2016.

FERNANDO SANTOS MOURA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 029/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DA ATIVIDADE TÉCNICA ESPECIALIZADA.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6537/2011, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 26441/2015,

RESOLVE:

Considerar autorizado à servidora municipal **CARLA LAGE DUARTE**, Técnico em Regulação de Saneamento, a concessão de quinze por cento (15%) a título de gratificação de valorização da atividade técnica especializada, a partir de 25 de Agosto de 2015 nos termos do artigo 30 da Lei 7.237/2015 – Plano de Cargos,

Vencimentos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais integrantes do Quadro de Cargos Efetivos da AGERSA.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 25 de abril de 2016.

FERNANDO SANTOS MOURA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 030/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO ACADÊMICA.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6537/2011, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 26871/2015,

RESOLVE:

Considerar autorizado à servidora municipal **ELAINE DO NASCIMENTO KALE**, Contadora, a concessão de dez por cento (10%) a título de gratificação de especialização acadêmica, a partir de 25 de Agosto de 2015 nos termos do artigo 29 da Lei 7.237/2015 – Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais integrantes do Quadro de Cargos Efetivos da AGERSA.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 25 de abril de 2016.

FERNANDO SANTOS MOURA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 031/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO ACADÊMICA.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6537/2011, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 28177/2015,

RESOLVE:

Considerar autorizado ao servidor municipal **JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE**, Procurador, a concessão de vinte por cento (20%) a título de gratificação de especialização acadêmica, a partir de 25 de Agosto de 2015 nos termos do artigo 29 da Lei 7.237/2015 – Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais integrantes do Quadro de Cargos Efetivos da AGERSA.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 25 de abril de 2016.

FERNANDO SANTOS MOURA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 032/2016**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO ACADÊMICA.**

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6537/2011, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 30230/2015,

RESOLVE:

Considerar autorizado ao servidor municipal **FELIPE PINTO GONÇALVES**, Analista Ambiental, a concessão de vinte por cento (20%) a título de gratificação de especialização acadêmica, a partir de 11 de Setembro de 2015 nos termos do artigo 29 da Lei 7.237/2015 – Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais integrantes do Quadro de Cargos Efetivos da AGERSA.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 25 de abril de 2016.

FERNANDO SANTOS MOURA
Diretor Presidente

IPACI

PORTARIA Nº 150/2016**PRORROGA BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014 do Decreto nº 24.665/2014, resolve:

Art. 1º - Prorrogar benefício auxílio-doença, nos termos do artigo 57 da Lei nº 6.910/2013, a servidora pública municipal **LESSANDRA VANINI MACATROZO**, ocupante do cargo de Professor PEB B V VI A 11 C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 14 (quatorze) dias a partir de 08 de abril de 2016, conforme avaliação da perícia médica exarada no processo de protocolo nº 12425, de 11/04/2016.

Art. 2º - Conceder alta a servidora em tela, em virtude de perícia médica realizada no dia 11 de abril de 2016, conforme parecer médico lançado no processo mencionado no artigo 1º desta Portaria, nos termos do artigo 57, § 5º, da Lei nº 6.910/2013, em 21 de abril de 2016 e retorno ao trabalho a partir de 22 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 12 de abril de 2016.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

PORTARIA Nº 153/2016**PRORROGA BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014 do Decreto nº 24.665/2014, resolve:

Art. 1º - Prorrogar benefício auxílio-doença, em virtude de acidente de trabalho, nos termos do artigo 57 da Lei nº 6.910/2013, a servidora pública municipal **SANDRA VALERIA SIMÕES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Públicos Municipais II A 03 G, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 63 (sessenta e três) dias a partir de 04 de abril de 2016, conforme avaliação da perícia médica exarada no processo de protocolo nº 11721, de 06/04/2016.

Art. 2º - Conceder alta a servidora em tela, em virtude de perícia médica realizada no dia 11 de abril de 2016, conforme parecer médico lançado no processo mencionado no artigo 1º desta Portaria, nos termos do artigo 57, § 5º, da Lei nº 6.910/2013, em 05 de junho de 2016 e retorno ao trabalho a partir de 06 de junho de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 12 de abril de 2016.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PREGÃO Nº 002/2016**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-IPACI, no uso de suas atribuições legais, delegadas através da Lei nº 7.030/2014 e do Decreto nº 24.665/2014, e inciso XXII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e conforme o que consta no processo Administrativo nº. 47-10560/2016,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão da Pregoeira referente ao Pregão Presencial nº002/2016, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para concessão de licença de uso do sistema integrado de gestão previdenciária, tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e as regras da Lei Federal nº. 10.520/02 e 8.666/93, autorizando o empenho em favor da empresa vencedora:

KNOWHOW CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - ME- CNPJ nº 36.356.905/0001-46	Valor: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) mensais, totalizando o valor global anual em R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais).
---	---

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de abril de 2016.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**AVISO DE PREGÃO 06/2016**

PREGÃO nº06/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

DIA: 10/05/2016 HORA: 10:00 horas

Credenciamento: Até Dia:10/05/2016 das 09:30h

Local: Prç Jerônimo Monteiro, nº 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim.

O Edital poderá ser obtido na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, de segunda a sexta-feira, das 07h00 as 13h00, na Pça Jerônimo Monteiro, nº 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim, ou no SITE: www.cmcj.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim, 26 de Abril de 2016

ROSA DE LIMA CANSOLI HEMERLY
Pregoeira Oficial

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Administrativo nº11/2016

Contratada: **UNIPOSTO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA EPP.**

CNPJ: 39.281.274/0001-31

Contratante: Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES

Objeto: Aquisição de Combustível – Gasolina Comum

Data de Assinatura: 18 de Abril de 2016

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$ 12.028,00 (doze mil, vinte e oito reais),

Dotação: **3.3.90.30.01-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS.**

Signatários: Júlio César Ferrare Cecotti (presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim) e Paulo Victor Vilas Boas do Carmo (Representante legal da contratada)

Processo: 44.451/2016

Cachoeiro de Itapemirim, 26 de Abril de 2016.

JÚLIO CÉSAR FERRARE CECOTTI
Presidente

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46.721/2016

Com base no Artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, DECLARO como inexigível a licitação para a contratação da empresa PORTAL DO CERIMONIAL CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.238.962/0001-62 com sede na Rua José Mariano Cavaleiro, 5, Sala 1, Ariramba, Belém do Pará. no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil, novecentos reais) para 6º CONVENÇÃO DOS CERIMONIALISTAS E MESTRES DE CERIMÔNIA DO BRASIL, conforme documentos e demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 46.721/2016.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, ratifico o ato e encaminho para a devida publicidade.

Cachoeiro de Itapemirim, ES, 26 de Abril de 2016.

JÚLIO CÉSAR FERRARE CECOTTI
Presidente

RELAÇÃO DE NOMES PARA PARTICIPAR DO
SORTEIO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA REFERENTE
A TOMADA DE PREÇOS DE Nº 01/2016 REEDITADA
– CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E
PROPAGANDA PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL

Conforme estabelece o artigo 10 e parágrafos da Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010, a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, faz publicar oficialmente, uma relação de nomes, para participar do sorteio, em sessão pública, no dia **10 de Maio de 2016 (10/05/2016)**, às **09 horas**, no plenário da Câmara Municipal, localizada na Pça Jerônimo Monteiro, 70, centro, onde será escolhido 01 (um) nome para compor, como membro a SUBCOMISSÃO TÉCNICA, para análise e julgamento da Proposta Técnica, referente a Tomada de Preço nº 01/2016, com objeto de contratação de serviços de publicidade.

Nomes:

Anete Lacerda

Felipe Ribeiro

Iara Xavier

Marise Faber

Felipe Bezerra

Stéfano Fabris

Cachoeiro de Itapemirim, 26 de Abril de 2016

MATEUS REBONATO SANTOS
Presidente da CPL

INDÚSTRIA E COMÉRCIO**COMUNICADO**

GRAMARC – GRANITOS E MÁRMORES CACHOEIRO LTDA, CNPJ Nº 04.343.859/0001-54, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA, Licença de Operação – LO, Nº 293/2015, RENOVADA até 27 de dezembro de 2019, para atividade (03.01) – Desdobramento de Rochas Ornamentais, quando exclusivo, localizada na Rod. Jose Zampirolli - ES 486, s/nº, Km 06, Dist. De Vargem Grande de Soturno, Cachoeiro de Itapemirim – ES.
NF: 2554

COMUNICADO

GRAMARC – GRANITOS E MÁRMORES CACHOEIRO LTDA, CNPJ Nº 04.343.859/0002-35, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA a Licença de Instalação – LI, Nº 034/2016, válida até 30 de junho de 2016, e a Licença de Operação – LO, Nº 040/2016, válida até 31 de março de 2020, para a atividade (18.05) – Terraplanagem (corte e/ou aterro), exclusivamente quando vinculada à atividade não sujeita ao licenciamento ambiental, localizada na Rod. Gumercindo Moura Nunes, s/nº, Km 09, Vargem Grande de Soturno, Cachoeiro de Itapemirim-ES.
NF: 2555

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015,**ODEBRECHT AMBIENTAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.**

CNPJ nº 02.628.150/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Cachoeiro Itapemirim, 15 de abril de 2016.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	349	1.677	Fornecedores	2.7	3.822	2.867
Contas a receber	6	12.895	10.312	Financiamentos	9	11.736	8.853
Tributos a recuperar	7	1.054	1.494	Salários e encargos sociais		1.251	2.396
Estoques		482	417	Tributos a pagar		992	641
Outros ativos		663	567	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 (e), (f)	17.212	10.276
		15.443	14.467	Outros passivos		456	559
Não circulante						35.469	25.592
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Fundos restritos		4.199	3.235	Financiamentos	9	78.547	75.469
Tributos a recuperar	7	992	2.017	Partes relacionadas	10	1.121	2.031
Outros ativos		290	277	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 (a)	11.483	11.315
		5.481	5.526	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 (e), (f)	13.086	16.368
Intangível	8	169.650	165.930	Outros passivos		327	432
		175.131	171.456			104.564	105.615
Total do ativo		190.574	185.923				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.472	12.910
Ajustes		
Amortização	9.437	9.924
Valor residual do ativo intangível baixado		51
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50	
Provisão para contingências	154	
Margem de lucro de construção	(264)	(346)
Juros e variações monetárias, líquidas	7.228	5.276
	33.077	27.815
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.633)	(1.102)
Tributos a recuperar	1.462	2.067
Estoques	(65)	(6)
Outros ativos	(110)	(317)
Fornecedores	(1.107)	(1.650)
Salários e encargos sociais	(1.145)	42
Tributos a pagar	(708)	(791)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(11.935)	(11.801)
Outros passivos	(360)	(220)
Caixa proveniente das operações	16.476	14.037
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.832)	(3.073)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.644	10.964
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	(964)	(76)
Adições ao intangível	(10.208)	(14.847)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.172)	(14.923)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos	12.873	13.327
Amortizações de financiamentos	(8.421)	(6.516)
Juros pagos de financiamentos	(6.342)	(5.271)
Partes relacionadas	(910)	369
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.800)	1.909
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.329)	(2.050)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.677	3.727
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	349	1.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2015	2014
Passivo e patrimônio líquido		
Capital social		
Reserva de capital	31	31
Reservas de lucros	4.601	10.154
Dividendos adicionais propostos	1.378	
	50.541	54.716
	190.574	185.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2015	2014
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas	14 (a)	89.225	86.303
Custos dos serviços prestados e vendas	14 (c)	(47.852)	(49.098)
Lucro bruto		41.373	37.205
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(18.904)	(20.715)
Outras receitas (despesas), líquidas		114	(4)
Lucro operacional		22.583	16.486
Resultado financeiro	14 (d)		
Receitas financeiras		1.939	1.679
Despesas financeiras		(8.050)	(5.255)
Resultado financeiro, líquido		(6.111)	(3.576)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.472	12.910
Imposto de renda e contribuição social correntes	11 (b)	(4.524)	(3.378)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 (b)	(168)	274
Lucro líquido do exercício		11.780	9.806
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	13 (g)	4,66	3,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2014		44.531	31	3.522	16.234	64.318	64.318
Dividendos aprovados em Assembleia	13 (e)				(16.234)		(16.234)
Lucro líquido do exercício	13 (f)					9.806	9.806
Juros sobre capital próprio	13 (c)					(3.174)	(3.174)
Constituição de reservas				490	6.142	(6.632)	
Em 31 de dezembro de 2014		44.531	31	4.012	6.142	54.716	54.716
Dividendos de lucros retidos	13 (d), (e)				(6.142)		
Lucro líquido do exercício						11.780	11.780
Dividendos intermediários	13 (e)					(7.366)	(7.366)
Juros sobre capital próprio	13 (f)					(2.447)	(2.447)
Dividendos adicionais propostos					1.378	(1.378)	
Constituição de reservas	13 (c)			589		(589)	
Em 31 de dezembro de 2015		44.531	31	4.601	1.378	50.541	50.541

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Odebrecht Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de julho de 1998, com o objetivo de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários, atuando no perímetro urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, mediante concessão, obtida em 14 de julho de 1998, com duração inicial de 30 anos. Em 12 de junho de 2006, a Companhia assinou o sétimo termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 7 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2028 para 2036. Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia assinou o nono termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 12 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2036 para 2048. Tal alteração visou promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 20.026 (2014 - R\$ 11.125), principalmente em função da parcela de vencimento de curto prazo do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"). Em fevereiro de 2016, a OAMA efetuou aporte de capital social, no montante de R\$ 17.211, do qual a Companhia utilizou para liquidação dos dividendos de curto e longo prazo (Nota 16). Ainda em fevereiro de 2016, houve reajuste tarifário na arrecadação de 13,45% previsto no nono termo de aditamento citado acima o qual, com o volume planejado de suas operações para o exercício seguinte, será suficiente para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras. A previsão de ingressos operacionais para o ano de 2016 é de R\$ 93.635 (ouventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos os créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrados no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. **2.5. Fundos restritos:** Os fundos restritos se referem, basicamente, a depósitos bancários em fundos de investimento de renda fixa, com rendimentos de cerca de 99% (2014 - 95%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), que têm sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamento junto ao BNDES. Os valores são retidos até o final do contrato. **2.6. Ativos intangíveis:** **(a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de esgotamento sanitário, presente no contrato de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPD 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("ICPC 01") e à Orientação OCPD 05 desse mesmo Comitê ("OCPD 05"). O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita foi estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação. A amortização do ativo intangível reflete o

mentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nessas datas não foi apresentada. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros e não financeiros:** **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.3.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros:** **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos os créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrados no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. **2.5. Fundos restritos:** Os fundos restritos se referem, basicamente, a depósitos bancários em fundos de investimento de renda fixa, com rendimentos de cerca de 99% (2014 - 95%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), que têm sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamento junto ao BNDES. Os valores são retidos até o final do contrato. **2.6. Ativos intangíveis:** **(a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de esgotamento sanitário, presente no contrato de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPD 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("ICPC 01") e à Orientação OCPD 05 desse mesmo Comitê ("OCPD 05"). O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita foi estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação. A amortização do ativo intangível reflete o

padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada no ativo intangível e às respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(c) Capitalização de juros:** Os custos de financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante. Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.8. Financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. **2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre adições temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.10. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, provável que os benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A receita baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo as receitas referentes a prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto. As receitas incluem ainda, parcela não faturada que representam receitas incorridas, cujo consumo foi realizado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. **(b) Receita de venda:** A receita de venda compreende o excedente de energia elétrica gerado pela Pequena Central Hidrelétrica ("PCH"), e é reconhecida na medida em que o excedente de energia gerado é disponibilizado na rede de distribuição multiplicado pelo preço de mercado. **(c) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2015 e 2014 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível). Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. O uso do método requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato (Nota 2.11 (c)). **(c) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **(d) Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis da concessão de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, fornecedores, financiamentos e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. **(b) Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Os critérios para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos. A Companhia possui créditos de realização duvidosa no montante de R\$ 1.090 e 1.140, para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6). O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, incluindo fundos restritos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas 5, 6 e 2.5). **(c) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, podem ser assim resumidos:

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Fundo fixo	8	9
Bancos conta movimento	249	1.593
Aplicações financeiras (i)	92	75
	349	1.677

(i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 está representado por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") com bancos de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 100% (2014 - 102%) do CDI. **6. Contas a receber**

	2015	2014
Contas a receber de clientes	11.813	11.083
Clientes públicos e privados (i)	2.172	369
Energia elétrica (ii)	(1.090)	(1.140)
PCLD	12.895	10.312
(-) Circulante	(12.895)	(10.312)
Não circulante	-	-

(i) O saldo refere-se à prestação de serviço de saneamento básico e tratamento de água cobrado diretamente dos usuários no Município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (ii) O saldo refere-se ao faturamento de excedente de energia elétrica. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2015	2014
A vencer	7.297	6.357
Até 30 dias	2.245	2.688
De 31 a 60 dias	733	605
De 61 a 90 dias	201	128
De 91 a 180 dias	247	165
De 180 a 720 dias	306	1.140
Mais de 720 dias	784	-
Valores a faturar	2.172	369
Contas a receber de clientes	13.985	11.452
PCLD	(1.090)	(1.140)
Total	12.895	10.312

7. Tributos a recuperar

	2015	2014
Contribuição social	17	51
PIS e COFINS (i)	1.924	1.987
ICMS a recuperar	-	1.150
Outros	105	320
	2.046	3.508
(-) Circulante	(1.054)	(1.494)
Não circulante	992	2.014

(i) O saldo representa a opção exercida de utilização dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS, para as aquisições de máquinas e equipamentos destinados às suas operações, conforme art. 1º da Lei nº 11.774/08, e dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS nas incorporações de edificações ao ativo intangível para utilização nas suas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

8. Intangível:

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Intangível em formação (i)	Total
Em 1º de janeiro de 2014	122.938	28.148	7.513	158.599
Adições	412	-	16.894	17.306
Baixas	(51)	-	-	(51)
Transferências	18.468	-	(18.468)	-
Amortização	(9.108)	(816)	-	(9.924)
Saldo contábil, líquido	132.659	27.332	5.939	165.930
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo	176.801	33.502	5.939	216.242
Amortização acumulada	(44.142)	(6.170)	-	(50.312)
Saldo contábil, líquido	132.659	27.332	5.939	165.930
Em 1º de janeiro de 2015				
Adições	287	-	12.870	13.157
Baixas	(2)	-	-	(2)
Transferências	14.788	-	(14.788)	-
Amortização	(8.621)	(816)	-	(9.437)
Amortização - baixa	2	-	-	2
Saldo contábil, líquido	139.113	26.516	4.021	169.650
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo	191.874	33.502	4.021	229.397
Amortização acumulada	(52.761)	(6.986)	-	(59.747)
Saldo contábil, líquido	139.113	26.516	4.021	169.650
Vida útil (anos)	5 a 30	41	-	-

(i) O saldo do intangível em formação refere-se às obras de otimização e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES com expectativa de conclusão em dezembro de 2016. No decorrer do exercício de 2015, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros dos financiamentos no valor de R\$ 623 (2014 - R\$ 705).

9. Financiamentos: (a) Composição:

Instituição financeira	Modalidade	Encargos financeiros anuais de juros anuais	Taxa efetiva	Vencimentos	2015	2014
BNDES	Estruturado	TJLP + juros de 2,05%	8,60%	jan/2025	35.036	40.412
		TJLP + juros de 2,51% e UMIPCA-M + juros de 2,51%				
BNDES	Estruturado	2,51%	9,10%	jun/2027	55.247	43.910
Total					90.283	84.322
(-) Circulante					(11.736)	(8.853)
Não circulante					78.547	75.469

(b) Movimentação:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	84.322	76.801
(+) Adição de principal	12.873	13.327
(+) Adição de juros	7.851	5.981
(-) Amortização de principal	(8.421)	(6.516)
(-) Amortização de juros	(6.342)	(5.271)
Saldo no final do exercício	90.283	84.322

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2015	2014
2017	-	12.067
2018	-	13.915
2019	-	13.595
2020	-	9.700
2021	-	9.346
2022	-	6.014
2023	-	3.741
2024	-	3.741
2025	-	2.680
2026	-	2.583
2027 em diante	-	1.165
	-	78.547

(d) Garantias e outras informações relevantes: A Companhia se obriga a ceder fiduciariamente, em favor do BNDES, os seguintes valores e direitos em caso de utilização das garantias: (i) a totalidade da receita tarifária mensal; (ii) todos os demais direitos do contrato de concessão; (iii) os direitos emergentes da resolução autorizativa expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica; (iv) a totalidade dos direitos creditórios relativos aos depósitos realizados e aos recursos existentes na conta vinculada e na conta reserva; (v) a totalidade dos direitos creditórios contra instituições financeiras responsáveis pelo recebimento dos valores correspondentes à tarifa pelos serviços públicos prestados; (vi) direito de indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis; (vii) direitos decorrentes de perdas em razão da não reposição do equilíbrio econômico-financeiro e; (viii) direito de indenização por perdas em decorrência de contingência de responsabilidade do Município de Cachoeiro do Itapemirim. **(e) Cláusulas contratuais restritivas - Convenants:** A Companhia possui em seus contratos de financiamentos com o BNDES cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos contratos. **10. Partes relacionadas:**

	Passivo não circulante		Resultado	
	2015	2014	Partes relacionadas	Custos/despesas operacionais
Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental")	1.121	2.031	(9.328)	(6.092)
	1.121	2.031	(9.328)	(6.092)

O saldo refere-se, substancialmente, ao saldo de rateio de despesas mantidos com a ODB Ambiental, conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e vencimento indeterminado.

11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2015	2014
Ativo diferido	139	617
Passivo diferido	(11.622)	(11.932)
	(11.483)	(11.315)
Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a liquidação do ativo e passivo fiscal diferidos existentes, conforme estimativa a seguir:		
Ativo de imposto diferido	2015	2014
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	139	
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2016	139	
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(1.755)	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(9.867)	
	(11.622)	
Expectativa de liquidação do passivo diferido é como segue:		
2016	(1.755)	
2017	(1.756)	
2018	(1.758)	
2019	(1.736)	
2020	(1.511)	
2021	(1.460)	
2022	(1.441)	
2023	(205)	
	(11.622)	

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2014	2015
Ativo fiscal diferido	do resultado	2015
Provisões	617	(478)
	617	(478)
Passivo fiscal diferido		
Receita e custo de construção	(847)	(1.762)
Capitalização de juros	(1.794)	1.794
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)	(9.291)	278
	(11.932)	310

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, como segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	16.472	12.910
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.600)	(4.389)
Efeito das exclusões (adições) permanentes		
Incentivos fiscais	128	270
Juros sobre o capital próprio	856	1.079
Outros	(76)	(64)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.692)	(3.104)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(4.524)	(3.378)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	(168)	274
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.692)	(3.104)

12. Provisões para contingências: Causas possíveis: A Companhia possui processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2015, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 6.866 (2014 - R\$ 5.881). **13. Patrimônio líquido: (a) Capital social:**

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OAMA	100,00	-	44.531	-	2.525.224	-
ODB Ambiental	-	100,00	-	44.531	-	2.525.224
			44.531	44.531	2.525.224	2.525.224

Em 10 de dezembro de 2015, a ODB Ambiental transferiu, mediante aporte de capital, a totalidade das ações detidas na Companhia para a sua controlada OAMA. **(b) Reserva de capital:** A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2008. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu o valor de R\$ 589 (2014 - R\$ 490) de reserva legal. **(d) Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Em 25 de novembro de 2015, foram aprovados em Assembleia dividendos no valor de R\$ 6.142 referente ao saldo existente de retenção de lucros que serão pagos até 48 meses contados da assinatura da ata. **(e) Dividendos:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 196 e 197 da lei das Sociedades por Ações. Em 29 de dezembro de 2014, foram aprovados em Assembleia dividendos no valor de R\$ 13.195, referente a lucros de exercícios anteriores, dos quais R\$ 3.641 foram pagos em dezembro de 2014, R\$ 9.438 pagos no decorrer do exercício de 2015 e o saldo de R\$ 116 será liquidado no decorrer do exercício de 2016. Em 30 de dezembro de 2014, foram aprovados em Assembleia dividendos no valor de R\$ 3.039, referente a lucros de exercícios anteriores, que serão pagos até 48 meses contados da assinatura da ata. Em 25 de novembro de 2015, foram aprovados em Assembleia dividendos no valor de R\$ 6.142 referente a lucros de exercícios anteriores e R\$ 7.366 referente dividendos intermediários originados do resultado acumulado no decorrer do exercício de 2015 que serão pagos até 48 meses contados da assinatura da ata. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia provisionou dividendos adicionais no valor de R\$ 1.378, que serão aprovados na ocasião da Assembleia Geral.

	2015
Lucro líquido do exercício	11.780
Constituição de reserva de lucros	
Legal - 5%	(589)
Lucro ajustado	11.191
Dividendos intermediários	(7.366)
Dividendos adicionais	(1.378)
Dividendos propostos	(8.744)
Porcentagem dos dividendos propostos sobre lucro líquido do exercício, ajustado	78%

(f) Juros sobre o capital próprio: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Com-

panhia aprovou a distribuição aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros em Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto. No decorrer do exercício de 2015, foram distribuídos e liquidados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.447 (2014 - R\$ 3.174). **(g) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	11.780	9.806
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.525	2.525
Lucro básico por ação	4,66	3,88

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. **14. Resultado do exercício: (a) Receita:** A reconciliação das receitas auferidas é conforme segue:

	Nota explicativa	2015	2014
Operações			
Receita de serviços	2.11 (a)	78.299	71.115
Receita de vendas	2.11 (b)	7.366	5.283
Receita de construção	2.11 (c)	13.227	17.306
		98.892	93.704
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas		(7.758)	(6.937)
Abatimentos e cancelamentos		(1.909)	(464)
		89.225	86.303

(b) Receita de construção

Natureza do contrato	Receita líquida de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Concessão - Intangível	13.227	17.306	(12.963)	(16.960)	264	346

(c) Despesa por natureza:

Classificadas por natureza:	Nota explicativa	2015	2014
Custo de construção (i)	14 (b)	(12.963)	(16.960)
Pessoal			
Remunerações		(7.390)	(8.263)
Encargos sociais e trabalhistas		(2.547)	(2.504)
Programa de alimentação		(1.657)	(1.525)
Programa de saúde		(1.112)	(1.024)
Outros benefícios		(224)	(208)
		(12.930)	(13.524)
Materiais			
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (ii)		(8.987)	(6.582)
Serviços pessoa jurídica		(1.906)	(3.378)
Manutenções		(295)	(356)
Auditorias, consultorias e assessorias		(4.699)	(5.258)
Outros		(71)	(1.053)
		(15.958)	(16.627)
Tributos, taxas e contribuições			
Partes relacionadas	10	(3.705)	(2.923)
Amortização		(9.328)	(6.092)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		(9.437)	(9.924)
Viagens		1.981	1.266
Outras		(184)	(217)
		(1.073)	(1.885)
		(66.642)	(69.817)

Classificadas por função:

Custo dos serviços prestados e vendas	(47.852)	(49.098)
Gerais e administrativas	(18.904)	(20.715)
Outras receitas (despesas), líquidas	114	(4)
	(66.642)	(69.817)

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato. (ii) O aumento em 2015 com relação ao ano anterior é decorrente, substancialmente, do aumento da tarifa de energia elétrica.

(d) Resultado financeiro:

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	564	558
Variações monetárias	26	95
Juros e multa sobre atraso de pagamento	1.396	892
Outras		134
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(47)	-
	1.939	1.679
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(7.197)	(5.143)
Descontos concedidos	(694)	
Juros e multa sobre atraso de pagamento	(10)	(75)
Outras	(149)	(37)
	(8.050)	(5.255)
Resultado financeiro, líquido	(6.111)	(3.576)

15. Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo e contando com o apoio da OCS - Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prêmios e instalações, além de cobertura de responsabilidade civil, para riscos de engenharia e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	1.756
Responsabilidade civil	60.000
Riscos de engenharia	15.124
Riscos diversos	705
Riscos operacionais	201.096
Veículos	1.000

16. Eventos subsequentes: Em 1º de fevereiro de 2016, a acionista da Companhia efetuou o aporte de capital social no montante de R\$ 17.211 mediante a emissão de 877.999 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2 de fevereiro de 2016, a Companhia utilizou o recurso para pagamento de dividendos ao seu antigo acionista controlador ODB Ambiental.

DIRETORIA

Guilherme Pamplona Paschoal
Diretor Presidente

Denis Lacerda de Queiroz
Diretor

Lúcia Helena Bertochi Torres
Contadora - CRC/ES-012131/O-5.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Odebrecht Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. Examinamos as demonstrações financeiras do Odebrecht Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Odebrecht Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontramos em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Ainda conforme referida Nota 1, no contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências do acionista Odebrecht Ambiental S.A. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Barueri, 15 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP0016/O-5 "F" ES

Felipe Edmond Ayoub
Contador
CRC 1SP187402/O-4 "S" ES

As demonstrações financeiras Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão disponíveis no site www.odebrechtambiental.com